

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M521 Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2 /
Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-491-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.914212009>

1. Planejamento urbano e regional. I. Pereira, Pedro
Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 711

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O ambiente de crise deixado pela pandemia da COVID-19 anuncia, como resposta direta a ele, um forte retorno do Planejamento Urbano e Regional como prática central para a viabilização de saídas possíveis para os mais diversos territórios e escalas territoriais. Sua revalorização está em curso após uma década marcada pela prática distendida, esgarçada e pouco ressonante de Planejamento, provocada pelo agravamento do neoliberalismo, no Brasil e na América Latina.

O segundo volume do livro “Melhores práticas em Planejamento Urbano e Regional”, publicado no contexto da pandemia pela Atena Editora, visa contribuir com tal debate e reforçar o ambiente de valorização das boas práticas de Planejamento. Ele é composto por onze capítulos. Em seu conjunto de debates há uma diversidade de temas, regiões e cidades do Brasil e América Latina. Também é diversa a origem de seus autores, fato que dá pluralidade às abordagens aqui organizadas.

O Planejamento Urbano e Regional, vale salientar, é essencialmente um campo de reflexões, investigações e práticas inter, multi e transdisciplinar. Conta com a cooperação e a colaboração de diversas áreas do conhecimento que emprestam, além de seus conceitos, seus métodos diagnóstico-analíticos e prático-propositivos. Almeja, em síntese, compreender o território, levantar seus dilemas, destacar seus problemas, revelar suas potencialidades e traçar, por meio de um conjunto de prioridades amplamente debatido, futuros possíveis visando o bem comum, coletivo e social. Deste modo, o Planejamento é um campo de tensões políticas por natureza, pois lida com diversos interesses e setores da sociedade, além de enfrentar questões emergentes e persistentes nas áreas urbanas e regiões.

Assim sendo, soma-se às desigualdades historicamente fabricadas nas cidades brasileiras e latino-americanas e às incertezas econômicas deixadas pelos eventos globais de 2008-2009 e suas repercussões até o presente, o agravamento das questões ambientais e sanitárias descortinados pela pandemia. Já é consenso que a pandemia não somente trouxe novos problemas, mas agravou os já existentes, tornando mais visíveis suas inequívocas violações à condição humana.

Neste volume, como resposta a este panorama, o leitor e a leitora encontrarão, com forte tom crítico e propositivo, trabalhos que expõem reflexões sobre a Mobilidade Urbana, Infraestruturas, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Migração, Espaço Público, Patrimônio Cultural Edificado, Expansão Urbana, Exclusão e Desigualdade Socioespaciais, Metropolização, Diversidade Regional, Cidades Médias e, por fim, o papel do Projeto e do Redesenho de Áreas Preexistentes. Estes temas são debatidos a partir de cidades e regiões do Brasil, Caribe, Peru e México, perfazendo um importante e diverso conteúdo, talvez panorâmico, para o Planejamento Urbano e Regional destes países latino-americanos.

Estimo a todos e todas excelente leitura!

Pedro Henrique Máximo Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A MOBILIDADE URBANA COMO DIREITO EFETIVO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA SUSTENTÁVEL EM UM RIO DE JANEIRO PÓS-OLÍMPICO

Diego Sebastian Carvalho de Souza

Ricardo de Freitas Cabral

Ricardo José Pereira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120091>

CAPÍTULO 2..... 11

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM BORDES COSTEIROS: ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DO PANAMÁ E SEU CANAL / CARIBE

Carlos Andrés Hernández Arriagada

Guilherme Alexandre Gallo Cavenaghi

Mariana Ragazzi Mendes

Eduardo Riffo Durán


Nicolás Parra Urbina

Paulo Roberto Correa

Luis Rogério Pupo Gonçalves

Raquel Ferraz Zamboni

Paula von Zeska de Toledo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120092>

CAPÍTULO 3..... 33

QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NO PLANEJAMENTO URBANO

Paula Scherer

Mariela Camargo Masutti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120093>


CAPÍTULO 4..... 41

IMPLEMENTACION DE INDICADORES PARA EL ESTUDIO DEL SISTEMA DE GESTION DE RESIDUOS SOLIDOS DE LA MUNICIPALIDAD DE ILO

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maryluz Cuentas Toledo

Osmar Cuentas Toledo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120094>

CAPÍTULO 5..... 51

A INFLUÊNCIA DOS MIGRANTES NA FORMAÇÃO URBANA DE SALVADOR


Roberto Pereira de Souza Filho

Liamara Xavier Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120095>

CAPÍTULO 6	66
EVALUACIÓN DE LAS OBRAS CIVILES EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS DEL CENTRO HISTÓRICO DE LA CIUDAD DE PUNO	
Christian Antony Morales Zamalloa	
Maryluz Cuentas Toledo	
José Luis Morales Rocha	
Daniel Quispe Mamani	
Osmar Cuentas Toledo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120096	
CAPÍTULO 7	82
EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO DO JARDIM CAMPOS VERDES NA CIDADE DE CAMBÉ/PR	
Jéssika Vieira Marques	
Sandra Maria Almeida Cordeiro	
Caroline Berger de Paula	
Léia Aparecida Veiga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120097	
CAPÍTULO 8	94
ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE	
Danillo Felix de Santana	
José Carlos Santos Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120098	
CAPÍTULO 9	106
ESTUDIO SOCIOECONÓMICO COMPARATIVO POR REGIONES DEL ESTADO DE OAXACA, MÉXICO	
Ana Luz Ramos-Soto	
Jovany Arley Sepúlveda Aguirre	
Ana Mi Gómez Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120099	
CAPÍTULO 10	126
GEORG SIMMEL E A REFLEXÃO SOBRE O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS	
Simone Pereira da Costa Dourado	
Maria Isabel Trivilin	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91421200910	
CAPÍTULO 11	145
REDESENHO URBANO EM FEIRA DE SANTANA- BAHIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO DA MANTIBA	
Daianny Teles Gomes Cordeiro Ismerim	
Marília Moreira Cavalcante	

Ana Licks Almeida Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91421200911>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	160
ÍNDICE REMISSIVO.....	161

CAPÍTULO 10

GEORG SIMMEL E A REFLEXÃO SOBRE O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Data de aceite: 02/09/2021

Simone Pereira da Costa Dourado

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<https://orcid.org/0000-0001-5140-5866>

Maria Isabel Trivilin

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<https://orcid.org/0000-0001-7678-6773>

RESUMO: O objetivo desse artigo é compreender o crescimento dos municípios médios brasileiros a partir da tradição sociológica consolidada por Georg Simmel. A pesquisa utiliza dados de natureza quantitativa, gerados a partir das contagens populacionais de 2004, 2014 e 2016 feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são cotejados com a teoria social que explica o fenômeno urbano a partir das reflexões apresentadas por Simmel. Os principais resultados encontrados são: as cidades médias têm crescimento mais expressivo que as metrópoles tradicionais, crescem de forma mais intensa as cidades médias da região Norte do país e há, portanto, um modo de vida urbano que não foi esquadrihado pela teoria social brasileira na mesma intensidade e com as mesmas apropriações teóricas que foram empreendidas no estudo das metrópoles tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Médias; Georg Simmel; Estudos Urbanos.

GEORG SIMMEL AND THE REFLECTION ABOUT THE GROWTH OF BRAZILIAN MEDIUM CITIES

ABSTRACT: The aim of this article is to understand the growth of medium Brazilian municipalities based on the sociological tradition consolidated by Georg Simmel. The research uses data of quantitative nature, generated from the population counts of 2004, 2014 and 2016 made by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), which are compared with the social theory that explains the urban phenomenon from the reflections presented by Simmel. The main results found are: medium-sized cities have more expressive growth than traditional metropolises, medium-sized cities in the northern region of the country grow more intensely and there is, therefore, an urban way of life that was not searched by Brazilian social theory in same intensity and with the same theoretical appropriations that were undertaken in the study of traditional metropolises.

KEYWORDS: Medium Cities; Georg Simmel; Urban Studies.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil o crescimento dos municípios de porte médio é fenômeno recente. As cidades médias colaboram para promover a integração da rede de cidades brasileiras e há um esforço analítico em curso para entender o papel que elas desempenham em um país como o Brasil, que passou por um rápido processo de urbanização (Scherer e Amaral, 2020:20).

O desafio desse artigo é compreender como Georg Simmel, clássico da teoria social e referência básica nos estudos urbanos, contribui para pensar esse fenômeno.

O texto segue a seguinte ordem expositiva: 1) resgate das ideias de Simmel, particularmente aquelas apresentadas em seu ensaio *A metrópole e a vida mental*; 2) apresentação dos dados das contagens populacionais de 2004, 2014 e 2016 feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que possibilita a discussão sobre as principais características do crescimento das cidades médias brasileiras e 3) nas considerações finais, um mapeamento dos desafios de usar a contribuição de Simmel para compreender o fenômeno urbano nas cidades médias brasileiras.

2 | SIMMEL E A ANÁLISE DO FENÔMENO URBANO

A Alemanha, no momento anterior à República de Weimar e durante todo esse período, teve como particularidade a extrema capacidade associativista, expressa no grande número de associações de diferentes matizes, demonstrativo, também, da pluralidade de valores manifestos nessa sociedade (Richard, 1998). Essa diversidade política, social e cultural reflete a heterogeneidade característica de uma sociedade fragmentada (Freitag, 1995). No meu entender, essa fase de profunda diversidade imputa a seguinte pergunta a Simmel: o que leva as pessoas a se associarem, independentemente de manterem vínculo consanguíneo, de amizade ou de parentesco? O que conduz as pessoas a comporem grupos? E como se formam as sociedades em suas diferentes escalas?

Simmel (2006: 16-17) nos orienta a pensar que só é possível produzir conhecimento sobre o mundo histórico-social de forma fragmentada. Para ele, a formulação de um quadro totalizador ou de uma grande teoria é impossível. Filia-se à tradição do pensamento alemão que identifica viabilidade e coerência em estudos que entendem a realidade como multifacetada e cada pesquisador como conhecedor de algumas ou uma dessas faces. Não há na sociologia de Simmel espaço para pensar a criação de grandes teorias, mas sim para a “composição”¹ de um conjunto de argumentos que explique determinados fenômenos sociais, como, por exemplo, o da explosão da vida nas grandes cidades. Como sintetiza Vandenberghe (2018:13), Simmel é “filósofo por profissão, sociólogo por vocação, ensaísta por disposição”, oferecendo ao seu leitor “uma meditação contínua sobre a totalidade da vida a partir de uma análise sistemática que segue de perto e estabelece conexões analógicas e relações metonímicas entre as coisas superficiais, interpretando-as, assim, como representantes do sentido global da vida.” (Vandenberghe, 2018:42-3).

O caminho trilhado pelo pensador alemão se aproxima de uma concepção de sociedade que preza o desejo de liberdade humana. Para ele é preciso valorizar o empreendimento dos indivíduos fazendo sociedade e, portanto, a ênfase está nas teias de

¹ O termo “composição” é utilizado por Cohn (1979) para referir-se ao empreendimento científico weberiano, me aproprio dele para pensar também as estratégias analíticas de Simmel.

relações e nas interações.

O indivíduo ocupa posição nuclear nos trabalhos de Simmel, contudo, é mais fácil entender essa valorização estudando o que esse autor chama de interação, conceito que estaria intimamente relacionado à possibilidade de existir sociedade. Para Simmel (1983), as interações funcionam como processos psíquicos intermináveis, cujos suportes, como sujeitos da ação, são os indivíduos, suas consciências, a totalidade de sua vida psíquica. As interações são modalidades de convivência estabelecidas entre os indivíduos, são as trocas recíprocas mantidas entre sujeitos que estão constantemente se relacionando. Observe-se o que ele diz:

[...] A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos (*Trieben*) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou de ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez os receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por eles levados a unir-se, convertendo-se em uma unidade, em uma "sociedade". Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos (Simmel, 1983:59-60).

Simmel emprega o conceito de interação como sinônimo de unidade entre os indivíduos, ressaltando que a existência da sociedade depende dessa união, que pode ser permanente ou passageira:

[...] A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses - tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teleologicamente - que os indivíduos constituem tais unidades (Simmel, 1983: 60).

Nessa perspectiva, a sociedade não é um todo estático, sistemático ou coerente, ela está em constante formação, em um contínuo processo de fazer-se e refazer-se. As formas puras de interação não são encontradas empiricamente, elas são construídas e funcionam como instrumentos analíticos indispensáveis ao pesquisador. Nos trabalhos de Simmel, o indivíduo aparece como a expressão da tensão entre vida e forma.

Os homens são os portadores das formas. Definidas pela vida, elas estão sempre sendo feitas e refeitas pelos indivíduos em interação, há um momento em que podem se cristalizar e voltar a agir sobre eles. Mas, o interessante é perceber que para Simmel é por meio da análise dos processos de interação que se chega ao que é a sociedade: "[...] Para um conhecimento perfeito, é preciso admitir que não existe outra coisa senão

os indivíduos. [...] Então, somente por mero procedimento de método, é que falamos a respeito do Estado, do direito, da moda etc., como se fossem seres indivisíveis” (Simmel, 1983:49). Seguindo suas orientações, é a análise das formas de sociabilidade, criadas pelos indivíduos que vivem nas cidades, que pode orientar a compreensão do pesquisador sobre as configurações assumidas por esse novo modo de vida.

Em 1887 Simmel publica um ensaio que se tornaria referência obrigatória para os estudiosos do fenômeno urbano: *A metrópole e a vida mental*. Nele afirma que a metrópole é antes de tudo o lugar da impessoalidade e da promoção das subjetividades, o que torna o exercício da liberdade pessoal seu fenômeno mais geral. Nesse espaço os indivíduos se libertariam de seus vínculos históricos e se perceberiam como distintos, travando um verdadeiro combate. É, também, na metrópole que ocorre a reconciliação dos combatentes, pois nela devem emergir as atitudes de tolerância.

Nesse ensaio, Simmel (1976) caracteriza as novidades trazidas pelo século XVIII que ajudam a explicar o surgimento das grandes cidades: maior liberdade para o homem, especialização funcional do indivíduo e de seu trabalho e a construção do ser único, incomparável a outro. Explica que, com o crescimento da especialização, torna esse indivíduo único proporcionalmente mais dependente.

Na perspectiva simmeliana, o homem metropolitano desenvolve uma capacidade intelectual que se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. Ele está, assim, imerso no domínio do intelecto e da estruturação de uma economia monetária que é pautada nas trocas. A economia do dinheiro domina a metrópole. Nela são gerados produtores e consumidores anônimos que entram no jogo econômico que não precisa mais temer as falhas dos imponderáveis advindos das relações pessoais. Nesse sentido, há uma tendência para regular e pactuar quase tudo. Simmel observa que pontualidade, calculabilidade e exatidão são introduzidas à força pela complexidade e extensão da vida metropolitana. Porém, por mais que a metrópole exija controle e autocontrole, ela abre espaço para o exercício da impessoalidade. Torna-se possível a criação da atitude de reserva que promove uma espécie de autopreservação do indivíduo face à cidade grande. A exacerbação dessas atitudes gera cenas típicas da vida na metrópole: o exercício do isolamento e da frieza.

Segundo Simmel, a motivação interior da reserva é a indiferença, mas também, a aversão, a estranheza e a repulsão mútua. Todos esses sentimentos podem resultar em ódio e luta no momento de um contato mais próximo. Entretanto, a reserva também confere ao indivíduo uma qualidade e uma quantidade de liberdade pessoal que é fenômeno geral na metrópole. Está, assim, criado o ambiente para a elaboração das formas de sociabilidade que dão configuração a cultura subjetiva da metrópole. A vida na metrópole cria, ainda, uma hierarquia variada de simpatias, indiferenças e aversões.

A conclusão de Simmel indica que as cidades são as sedes do cosmopolitismo e que o irradiam para além de suas fronteiras físicas. Elas propagam um modo de vida

que é assimilado, rejeitado e negociado pelos indivíduos nos processos de interação. Não caberia ao pesquisador acusar ou perdoar esse modo de vida característico das cidades, apenas compreendê-lo².

A projeção da perspectiva simmeliana para pensar o fenômeno urbano nas tradicionais metrópoles brasileiras é estratégia analítica consolidada. Não cabe um resumo das apropriações de Simmel no Brasil, tarefa já executada em detalhes por Waizbort (2007), mas considero relevante a menção aos usos desse pensador alemão nos estudos de Velho (1973 e 1986) e no de alguns de seus alunos, como por exemplo Vianna (1995), para pensar uma importante dimensão da vida urbana: as formas de sociabilidade. O referente empírico desses leitores de Simmel é a cidade do Rio de Janeiro. Processo analítico semelhante foi feito por Magnani (1984) para pensar a cidade de São Paulo.

Considerando o cenário apresentado por Simmel para cidade/metrópole europeia do final do século XIX, qual a utilidade de continuar operando com a perspectiva simmeliana quando o foco está nas cidades formadas nos novos aglomerados urbanos brasileiros? A análise de Simmel para a grande cidade europeia influenciou as reflexões sobre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobretudo, no que diz respeito ao mapeamento das formas de sociabilidade criadas nesses espaços. Como, então, pensar formas de sociabilidades urbanas diferenciadoras para o indivíduo, quando ele vive em cidades médias? Para tanto é preciso compreender como ocorreu a formação desses espaços no Brasil. É o que passamos a discutir agora.

3 | A FORMAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Na década de 1970, alguns setores do Estado brasileiro pensaram estratégias de desenvolvimento nacional que consideravam o papel a ser desempenhado pelas cidades médias. Criado em 1976, por meio de financiamentos para ampliação da infraestrutura social e produtiva, o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio visava fortalecer os municípios que apresentassem esse perfil. Subjacente ao interesse do executivo federal pelas cidades médias estava a ideia de que elas poderiam funcionar como diques que conteriam os fluxos migratórios que se dirigiam às metrópoles. Em diferentes unidades federativas, algumas cidades foram tomadas como uma alternativa espacial para o crescimento das capitais.

Até o final da década de 1970, no Brasil, existiam nove regiões metropolitanas, sendo elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Criadas por iniciativa federal, durante o regime militar, elas tinham a função de ser o eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional, porque representavam a base industrial de uma sociedade que se tornava cada vez mais

2 A influência do pensamento de Simmel sobre alguns integrantes da Escola de Chicago é pontuada por vários de seus comentaristas (Koury, 2010; Waizbort, 2000; Vandenberghe, 2018). Destaco, sobretudo, a reprodução da ideia de que a cidade erradia seu modo de vida para além de suas fronteiras, no clássico ensaio de Wirth (1976), O urbanismo como modo de vida.

urbana. Faziam parte do projeto de desenvolvimento que pretendia amenizar os efeitos negativos das desigualdades regionais (Andrade e Serra, 2001:VI). Atualmente o Brasil possui trinta e cinco regiões metropolitanas, distribuídas da seguinte forma: doze no Nordeste; onze no Sul; sete no Sudeste; três no Norte e dois no Centro-Oeste. As regiões metropolitanas criadas após o período de ditadura militar são constituídas não mais pela ação do governo federal, mas por iniciativa dos Estados.

Konin e Moura (2004) ponderam que a criação dessas novas regiões metropolitanas ocorreu sem o devido desenvolvimento de uma cultura regional e sem que as desigualdades econômicas e de infraestrutura dos municípios que as compõem fossem consideradas. A constituição dessas áreas também não tem sido o suficiente para despertar as responsabilidades dos municípios polos, geralmente cidades de porte médio, na implantação de políticas compensatórias aos demais integrantes das regiões metropolitanas, que arcam com vários custos de um rápido crescimento populacional, sendo o maior deles a oferta de habitação de interesse social e de serviços nas áreas de saúde e educação. O município polo de uma região metropolitana costuma ficar cercado por outros com perfis populacionais e vocações econômicas bem distintas. Os municípios podem estabelecer forte ou fraca relação com o polo e, muitas vezes, servem como receptores da população mais carente que não consegue se instalar na cidade polo ou é forçada a sair e fixar residência em cidades vizinhas onde o valor dos aluguéis, dos terrenos urbanos e dos imóveis é mais baixo. Os municípios com alto grau de integração ao polo das regiões metropolitanas ficam em situação delicada, porque são os que mais crescem em população e, no entanto, tem uma arrecadação anual baixa e os menores índices de repasse de ICMS (Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços).

Várias cidades médias se tornaram, portanto, cidades polos dessas novas regiões metropolitanas, posto que há interesse por parte do Estado na consolidação dessas cidades como novos centros integrados à economia nacional pelo menos desde os anos de 1970. As cidades médias foram pensadas por planejadores e por técnicos que trabalhavam nos aparelhos do Estado como uma alternativa para o ordenamento urbano das metrópoles brasileiras. Um ordenamento que estava sendo ameaçado, segundo a visão governamental, principalmente, pelos fluxos de migrantes que deixavam as regiões mais pobres do país. O debate sobre a criação dessas cidades médias teria, ainda, ocultado o problema da concentração fundiária no Brasil. Na percepção do Estado e de alguns dos seus tecnocratas, a promoção das cidades de porte médio poderia ajudar a resolver a falta de projetos de reforma agrária no país (Andrade e Serra, 2001:VI).

Entretanto, a preocupação do executivo federal com o tema das cidades médias teria se enfraquecido na década de 1980 e início dos anos de 1990, voltando a ser objeto de atenção governamental apenas nos últimos anos da década de 1990. Andrade e Serra (2001) argumentam que a retomada do interesse pelas cidades médias está relacionada ao processo de reconcentração espacial das atividades econômicas e da população. Volta-se

a pensar que, talvez, as cidades médias pudessem ter papel estratégico nos necessários processos de desconcentração populacional e econômica do país.

É importante lembrar que não há um consenso entre as definições acadêmicas sobre o que é uma cidade média. Esses espaços recebem classificações diferentes por parte de economistas, geógrafos, demógrafos, sociólogos, antropólogos e outros profissionais. Tais analistas do fenômeno urbano (Santos, 2001; Lima, 1998; Maricato, 2001; Amorim Filho e Serra, 2001; Brito, Horta e Amaral, 2001; Andrade e Serra 2001; Stamm et. al., 2013) afirmam que pode ser médio o espaço físico que abriga população entre 100 e 500 mil habitantes, como define o IBGE ou entre 100 mil e 1 milhão de habitantes, como expressa a Organização das Nações Unidas (ONU), ou aquele que possui núcleo urbano com população de no mínimo 10 mil habitantes (Amorim Filho, 1984). Da mesma forma, elas são interpretadas de maneira distinta pelos diversos grupos sociais que nelas convivem ou que com elas se relacionam ou que as observam de longe.

Assim, o entendimento da dinâmica de organização e consolidação dos núcleos urbanos das chamadas cidades médias exige ponderações sobre o processo de urbanização das cidades brasileiras, nas últimas décadas. Os trabalhos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pela Unicamp propôs, em 2001, uma nova classificação para a rede urbana brasileira. Em 2010, com a publicação dos dados do censo demográfico daquela década, um novo relatório começou a ser produzido e um material complementar foi publicado em 2015, mas sem o mesmo peso do trabalho anterior, que forneceu subsídio inclusive ao projeto de lei do Estatuto da Metrópole. Esses estudos evidenciam que a urbanização das cidades brasileiras adquiriu características diferenciadas: o crescimento populacional não está mais concentrado nas metrópoles tradicionais e é mais acelerado nas pequenas e médias cidades. A alteração no padrão de urbanização fez com que esses institutos de pesquisa precisassem construir uma nova classificação para a rede urbana brasileira, seguindo alguns critérios: diversidade da economia, concentração de centros decisórios e escala de urbanização.

Desde as contribuições de Simmel (1976), no início do século XX, a teoria social que explica o fenômeno urbano reitera como são instáveis as abordagens que se valem dos critérios demográficos para caracterizar as cidades, primeiro como cidades e depois por seu porte de pequenas, médias ou grandes (Simmel, 1976; Wirth, 1976; Park, 1976). A análise e a classificação feita por meio do volume populacional, apesar de amplamente usada, pode induzir ao erro analítico de vincular a existência da vida urbana a um determinado número de habitantes, associando as pequenas e médias cidades a espaços marcados por um modo de vida simples e mais tradicional e as grandes cidades ao cosmopolitismo e a experiência da metrópole.

Mesmo ciente dessa advertência, nossa abordagem parte do recorte populacional, na forma como ele é definido pelo IBGE: são médias as cidades que estão entre 100 e

500 mil habitantes. Nossa finalidade é apenas criar um quadro do crescimento dessas cidades de 2004 a 2016. Tomar as contagens populacionais feitas por esse instituto como fonte é estratégia parcial, como alerta a tradição sociológica aqui nominada, inclusive a simmeliana, mas torna possível visualizar a amplitude dos processos sociais em curso e as dimensões do fenômeno urbano no Brasil contemporâneo que extrapolam em muito o que ocorre em nossas metrópoles tradicionais.

Algumas tabelas que passo a expor e comentar mostram a dinâmica do crescimento populacional em quase 5% dos municípios brasileiros que, em 2016, possuíam uma população entre 100 e 500 mil habitantes, pois a contagem populacional desse ano revela que dos 5.570 municípios brasileiros, 276 podem ser considerados de porte médio. A população que reside nas cidades médias é maior que 58 milhões, exatos 58.463.564 habitantes, o que significa que 28,3% dos quase 207 milhões brasileiros, contados em 2016 pelo IBGE, viviam em cidades médias. Portanto, ainda que o percentual de municípios nessa categorização seja muito reduzido, eles nos informam sobre o que acontece com quase 1/3 da população brasileira que está fora das metrópoles tradicionais e também não reside nos pequenos municípios. Tomando o recorte nacional por regiões como referência, observe-se a tabela 1:

Estimativas Populacionais (total absoluto)				Taxas de Crescimento por Período (%)		
Regiões	2004	2014	2016	2004-2014	2004-2016	2014-2016
Norte	3.951.941	5.077.406	5.257.779	28,5	33	3,5
Nordeste	8.667.093	10.117.570	10.316.212	16,7	19	1,9
Centro-Oeste	2.654.837	3.258.233	3.370.454	22,7	26,9	3,4
Sudeste	25.068.678	28.102.717	28.643.651	12,1	14,3	1,9
Sul	9.782.946	10.860.400	11.078.104	11	13,2	2

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016
Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 1: Taxas de crescimento da população por regiões brasileiras

No intervalo de uma década, de pouco mais de uma década e em dois anos, as taxas de crescimento da região Norte são sempre muito mais elevadas do que as de outras regiões do Brasil. Esclareço que essa tabela foi construída considerando o crescimento dos municípios que na estimativa populacional de 2016 do IBGE tinham entre 100 e 500 mil habitantes e podiam, portanto, ser considerados médios.

A região Norte é a que possui a maior taxa de crescimento para todos os períodos recortados. Considerando o período de 2004 a 2016, a população da região Norte cresceu 33%. No mesmo período, a segunda região com a maior taxa de crescimento é a Centro-Oeste, 26,9%, seguida pela Nordeste com 19%, depois pela Sudeste com 14,3%, e Sul com 13,2%. É importante considerar que justamente a região brasileira marcada pelas

mais profundas desigualdades tenha crescimento tão expressivo, mais que o dobro que a região Sul.

Alguns estudos apontam diferentes movimentos que podem explicar níveis diferenciados de crescimento. Na região Norte ele teria relação com duas atividades econômicas: o dinamismo da Zona Franca de Manaus e o incremento das atividades mineradoras no interior do Pará, particularmente no município de São Felix do Xingu. Na região Centro-Oeste, as elevadas taxas de crescimento são tributadas a evolução do agronegócio, particularmente, a expansão da cultura da soja. O caso do Nordeste possui relação com os investimentos do governo federal e da iniciativa privada em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos: a ferrovia Transnordestina e a Estrada de Ferro Carajás, além da construção de portos para escoamento de minérios, como o Porto de Ponta da Madeira, no Maranhão.

Ao estabelecer outro recorte, dos municípios que tiveram taxa de crescimento que, no período de 12 anos, entre 2004 a 2016, superou os 20%, a região Norte também se destaca. Ressalto que crescer 20% em 12 anos é uma taxa muito alta quando comparada à média de crescimento do Brasil como um todo que em 2016 cresceu apenas 0,8%. Observe-se a tabela 2, composta por um total de 94 municípios com taxa de crescimento acima dos 20%, no período de 2004 a 2016, e distribuídos por regiões: Sudeste, 25 municípios; Nordeste, 21 municípios; Norte, 20 municípios; Sul, 15 municípios e Centro-Oeste, 13 municípios.

Regiões	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Norte	41,6
Nordeste	31,5
Centro-Oeste	32,1
Sudeste	35,5
Sul	26,7

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016
Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 2: Taxa de crescimento por regiões com municípios que cresceram acima de 20%

É na região Norte que estão 41,6% dos municípios com taxas de crescimento superior a 20% no intervalo de 12 anos. Dentro desse recorte, a região Norte é seguida pela Sudeste, com 35,5%; na sequência pela Centro-Oeste, com 32,1%; a Nordeste, com 31,5% e, por último, a região Sul, com 26,7%.

Para se ter dimensão do acelerado crescimento das duas regiões que mais cresceram, Norte e Sudeste, nomino apenas alguns exemplos que indicam a necessidade de um olhar mais próximo, um mapeamento mais cuidadoso das interações e das formas de sociabilidade que vigoram nesses lugares, para que seja possível pensar o que é o

fenômeno urbano em curso. A região Sudeste abriga as duas tradicionais metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, que entre 2004 e 2014, cresceram, respectivamente, 10% e 7%. Nesse mesmo período, várias cidades pequenas passaram a ser médias em razão de crescimentos que ultrapassaram os 100%. Rio das Ostras, no mesmo Estado do Rio de Janeiro, cresceu cerca de 190% e Barcarena, no Pará, cresceu 60%. Ainda no Pará, Parauapebas cresceu 121,7%. Tomando como referência a situação das regiões Norte e Sudeste que, como indicado na tabela 2, foram as que mais cresceram, percebe-se que a movimentação e a chegada de pessoas para algumas cidades dessas regiões vincula-se a alocação de recursos para atividades de infraestrutura ligadas a expansão da fronteira agrícola, das atividades de extração de minério e madeira e a criação das bases de organização para instalação da indústria do petróleo. A rapidez das ações de investimentos que levaram a um alto crescimento populacional em tão curto espaço de tempo indica a fragilidade e as carências de alguns desses lugares, que passaram por forte adensamento populacional sem a criação de uma rede urbana que acolha as necessidades e as demandas da população que ocupa esses espaços a procura de novas oportunidades de emprego e renda. São atraídos em razão da “economia do dinheiro” e movidos por “interesses”, como diz Simmel (1976), e estão construindo diferentes formas de interação a partir dessas motivações.

Para uma melhor visualização do acelerado crescimento das cidades médias no Brasil, contemporaneamente, apresento os dados dos municípios que cresceram mais de 20% em 12 anos, no intervalo referência dessa pesquisa que é de 2004 a 2016.

Na tabela 3, estão os vinte municípios da região Norte, com taxa de crescimento acima dos 20%:

Municípios	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Altamira (PA)	31,9
Araguaína (TO)	40,3
Ariquemes (RO)	21,9
Barcarena (PA)	63,6
Boa Vista (RR)	38,1
Bragança (PA)	21,8
Cametá (PA)	27,2
Castanhal (PA)	27,0
Macapá (AP)	42,6
Marabá (PA)	39,4
Marituba (PA)	33,8
Palmas (TO)	49,1
Paragominas (PA)	27,2
Parauapebas (PA)	121,7
Porto Velho (RO)	34,2
Rio Branco (AC)	31,8
Santana (AP)	24,7
São Félix do Xingu (PA)	203,2
Tailândia (PA)	103,0
Tucuruí (PA)	30,1

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016
Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 3: Taxa de crescimento dos municípios do Norte

É bastante inquietante saber que lugares como São Félix do Xingu (PA) cresceram mais de 200% em 12 anos. Como? Qual é o perfil da população que é atraída para esse município e também para outros dois municípios paraenses, Parauapebas e Tailândia, que cresceram mais de 100% no mesmo período? Sabe-se que Tailândia e São Félix do Xingu estão entre os municípios mais desmatados da Amazônia. Também não é desprezível o impacto da implantação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Tailândia ultrapassou os 100 mil habitantes apenas na contagem de 2016. São Felix do Xingu pulou de pouco menos de 40 mil habitantes, em 2004, para mais de 120 mil em 2016. Parauapebas, bem próximo a Marabá e no eixo da Belém-Brasília, já tinha quase 100 mil habitantes desde 2004, chegando em 2016 a 200 mil habitantes.

As contagens levam ao registro de cidades médias com porte acima de 100 mil habitantes, que possuem população majoritariamente urbana e que se articulam ao tipo de desenvolvimento econômico privilegiado pelo executivo federal para a região Norte do país, mas não se sabe quais formas de sociabilidade e interação estão sendo estabelecidas nesses locais e nos demais, como discutimos a seguir.

Passamos a tabela 4 e com ela a segunda região com maior número de municípios

que cresceram acima dos 20% entre 2004 e 2016, a região Sudeste:

Municípios	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Angra dos Reis (RJ)	40,3
Araruama (RJ)	31,5
Araxá (MG)	23,5
Botucatu (SP)	20,2
Cabo Frio (RJ)	38,1
Caraguatatuba (SP)	24,7
Cotia (SP)	37,2
Franco da Rocha (SP)	23,3
Indaiatuba (SP)	37,9
Itaguaí (RJ)	32,0
Itatiba (SP)	26,0
Linhares (ES)	38,9
Macaé (RJ)	57,5
Maricá (RJ)	62,5
Paulínia (SP)	70,2
Pouso Alegre (MG)	21,7
Praia Grande (SP)	32,7
Rio das Ostras (RJ)	198,6
Santana de Parnaíba (SP)	37,7
São Mateus (ES)	27,5
Serra (ES)	32,8
Taboão da Serra (SP)	27,2
Valinhos (SP)	34,7
Vespasiano (MG)	32,4
Vila Velha (ES)	23,9

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016

Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 4: Taxa de crescimento dos municípios do Sudeste

É importante lembrar que nessa região estão as três grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O destaque dessa região é para os municípios que cresceram em razão das expectativas geradas pela exploração do pré-sal e do crescimento do polo petroquímico que aumentou muito a população de várias cidades do litoral norte fluminense, com destaque para Rio das Ostras, Maricá, Macaé, Cabo Frio e Araruama. Em São Paulo, o município que registra a maior taxa de crescimento, Paulínia, com 70,2%, também tem seus alicerces econômicos na indústria petroquímica. Em Minas Gerais, apenas três municípios registram taxas de crescimento acima dos 20% e no Espírito Santo são quatro.

Observe-se a tabela 5 que agrega os municípios da região Centro-Oeste que cresceram acima dos 20% entre 2004 e 2016.

Municípios	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Águas Lindas de Goiás (GO)	28,0
Anápolis (GO)	20,4
Aparecida de Goiânia (GO)	27,5
Catalão (GO)	44,8
Formosa (GO)	29,4
Novo Gama (GO)	20,9
Rio Verde (GO)	63,0
Rondonópolis (MT)	33,6
Senador Canedo (GO)	51,2
Sinop (MT)	40,3
Três Lagoas (MS)	36,5
Trindade (GO)	24,3
Valparaíso de Goiás (GO)	36,0

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016
Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 5: Taxa de crescimento dos municípios do Centro-Oeste

No Centro-Oeste, 13 municípios cresceram acima de 20% em 12 anos. Nenhum com crescimento próximo aos 100%, como ocorre na região Norte e Sudeste. O destaque é para o crescimento de Rio Verde, em Goiás, com 63%, e outros três municípios, com crescimento acima dos 40%: Senador Canedo e Catalão, ambos em Goiás, e Sinop, no Mato Grosso. Os dois municípios que cresceram no Estado de Goiás se dedicam a produção de insumos para agricultura, por meio das indústrias de mineração de nióbio e de fosfato. Em Catalão há as fábricas de duas poderosas indústrias dessa área, a Fosfertil e a Copebras. Também no Centro-Oeste o crescimento pode estar vinculado a expansão do polo petroquímico, como é o caso de Senador Canedo. O crescimento de Rio Verde e Sinop é tributado a incorporação das áreas férteis do Cerrado (Rio Verde) e da chamada Amazônia Legal (Sinop) à expansão da fronteira agrícola e a implantação do agronegócio.

Na tabela 6, observa-se o que ocorre com 21 municípios do Nordeste que registram crescimento acima dos 20% para o período de 2004 a 2016.

Municípios	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Aracaju (SE)	30,4
Cabo de Santo Agostinho (PE)	21,9
Camaçari (BA)	56,7
Caruaru (PE)	28,3
Caucaia (CE)	21,7
Eunápolis (BA)	25,5
Igarassu (PE)	27,6
Itapipoca (CE)	22,4
Lauro de Freitas (BA)	42,8
Maranguape (CE)	29,5
Mossoró (RN)	29,8
Paço do Lumiar (MA)	27,8
Parnamirim (RN)	59,2
Petrolina (PE)	36,5
Santa Cruz do Capibaribe (PE)	48,8
Santo Antônio de Jesus (BA)	21,9
São José de Ribamar (MA)	39,4
Simões Filho (BA)	28,1
Sobral (CE)	20,1
Teixeira de Freitas (BA)	34,7
Vitória da Conquista (BA)	22,9

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016
Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 6: Taxa de crescimento dos municípios do Nordeste

Na região Nordeste, o município que mais cresceu foi Parnamirim, no Rio Grande do Norte, em 59,2%. Ele é acompanhado por Camaçari, na Bahia, com 56,6% e Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, 48,8%. O crescimento das cidades dessa região não tem muita unidade: Parnamirim e Camaçari compartilham o fato de estarem muito próximas das capitais, Parnamirim de Natal (RN) e Camaçari de Salvador (BA). A primeira tem um atrativo que é ser base de lançamentos de foguetes da Aeronáutica e a segunda tem um importante polo petroquímico e uma indústria automotiva que passou por fases de expansão. Santa Cruz do Capibaribe, no agreste pernambucano, diferentemente das duas outras cidades, fica distante da capital, Recife (PE), e se consolidou como um polo de produção e comércio de roupas. Lá acontece a histórica e famosa Feira da Sulanca, que existe desde 1960, inicialmente comercializando roupas feitas com as sobras de tecido trazidos das indústrias de São Paulo.

Por fim, o crescimento dos 15 municípios sulistas que ultrapassaram os 20%. Como

observa-se na tabela 7:

Municípios	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Arapongas (PR)	21,7
Araucária (PR)	22,1
Balneário Camboriú (SC)	45,6
Brusque (SC)	47,6
Campo Largo (PR)	21,8
Caxias do Sul (RS)	20,9
Chapecó (SC)	26,8
Florianópolis (SC)	23,5
Itajaí (SC)	29,2
Jaraguá do Sul (SC)	34,2
Maringá (PR)	28,6
Palhoça (SC)	34,1
São José (SC)	22,5
São José dos Pinhais (PR)	24,2
Toledo (PR)	28,3

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016
Elaboração: Maria Isabel Trivilin (2018)

Tabela 7: Taxa de crescimento dos municípios do Sul

Na região Sul, os municípios que mais cresceram estão no estado de Santa Catarina, com destaque para Brusque e Balneário Camboriú que tiveram crescimento acima dos 40%. O Rio Grande do Sul tem apenas uma cidade que cresceu pouco mais de 20%, Caxias do Sul. No Paraná os destaques são Maringá e Toledo. É bastante evidente um certo grau de estabilização no número de habitantes da região Sul como um todo. O crescimento das cidades ocorre articulado às suas tradições e vocações econômicas. Em Santa Catarina, o desenvolvimento de Brusque está atrelado à indústria têxtil e à metal mecânica, já o de Balneário Camboriú à construção civil e sua articulação com o turismo que tornou o município objeto de desejo para moradia permanente ou temporária de um público de classe média alta e alta de toda parte do mundo. Caxias do Sul é uma típica cidade de colonização italiana que cresceu em torno das atividades agrícolas e também em razão da produção de vinhos e derivados. É um importante polo da indústria metal mecânica no Brasil e está próxima dos 500 mil habitantes. No Paraná, o crescimento das cidades está relacionado à instalação de modernas e poderosas agroindústrias, tornando essas cidades centros de referência para o funcionamento dos parques industriais e do comércio. Toledo cresceu vinculada à indústria madeireira e depois a suinocultura. Maringá cresceu ao largo da cultura do café, depois da soja e atualmente da cana-de-açúcar, sediando as maiores

cooperativas do agronegócio brasileiro, com destaque para a COCAMAR.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos acima apresentados de regiões e municípios com alto grau de crescimento indicam que há pouca unidade em termos das características do que é cidade média, quando adotamos o critério demográfico, o que, na atualidade, dificulta a análise do fenômeno urbano. Há cidades que estão no limite mínimo dos 100 mil habitantes e outras que quase extrapolam o máximo de 500 mil. Em 12 anos há cidades que cresceram mais de 100% e outras que ultrapassaram em pouco os 20%. Todas são cidades médias, mas é possível definir algum grau de unidade entre elas? Certamente há rupturas e continuidades na vida urbana, por exemplo, em Maringá, no Paraná, e Parauapebas, no Pará, que, em 2016, tinham, respectivamente, 403.063 e 196.259 habitantes, as duas cidades médias, a segunda com um ritmo de crescimento populacional imprevisto, considerando as médias nacionais da última década, acima dos 100%.

Diante dessa fase de desenvolvimento das pesquisas sobre o fenômeno urbano em cidades médias no Brasil, é possível a criação de cenários descritivos ancorados nas estimativas populacionais e um conhecimento dos graus e históricos de desenvolvimento econômico dessas cidades. A tradicional rotina dos estudos urbanos, que inclui ir a determinado espaço, observar como as pessoas vivem, quais são seus gostos e estilos de vida, suas práticas culturais, as formas de interação e as sociabilidades que consolidam ainda é uma rotina a ser criada para o estudo dessas cidades médias. As descrições gerais aguçam a curiosidade para pesquisas comparativas em municípios que seguem caminhos de crescimento bem distintos, mas cumprem apenas parcialmente a orientação de Simmel (1983) de descrever e analisar as formas de sociabilidade e de interação vigentes nesses novos espaços urbanos. Contudo, ao fim do levantamento feito sobre as características das cidades médias de diferentes regiões brasileiras, é possível responder a pergunta inicial desse artigo de forma afirmativa. Sim, Georg Simmel é um referencial teórico importante para pensar o fenômeno de crescimento das cidades médias, posto que sua rotina de questionamentos sobre como e com quais finalidades os grupos se formam pode colaborar para a compreensão das formas de sociabilidade e dos tipos de interação que vigoram nesses novos espaços urbanos.

No Brasil, a rotina de reflexão sobre o modo de vida urbano privilegiou as aproximações com a reflexão sociológica instituída por Simmel e articulou, fundamentalmente, três esferas analíticas: a cidade, a cultura urbana e a modernidade (Velho, 1973; 1986 e Vianna, 1995). É importante considerar que, ao falar de Berlim, na virada do século XIX para o XX, Simmel narrou a vida em uma cidade de quase 1 milhão de habitantes e que, logo nas primeiras décadas do século XX, chegaria a quase 4 milhões. Portanto, é preciso efetuar adequações em termos teóricos e metodológicos para aproveitar as contribuições simmelianas na análise

do fenômeno urbano ainda hoje, sobretudo, para espaços urbanos que crescem de forma muito mais acelerada fora das metrópoles, mas que em termos demográficos dificilmente chegarão à marca de 1 milhão de pessoas. As análises de Simmel para a vida na metrópole serviram para explicar a formação das grandes cidades brasileiras nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e hoje colaboram em igual medida para explicar o crescimento da vida urbana nas cidades médias.

A teoria social proposta por Simmel exige que, ao partir dos indivíduos, os pesquisadores se tornem capazes de construir e reconstruir os trânsitos que eles estabelecem pelos espaços nos quais circulam. As pesquisas sobre o fenômeno urbano nas metrópoles brasileiras seguiram essa orientação, contudo, o mesmo plano analítico está para ser cumprido na mesma amplitude para as cidades médias. Demonstrar que há novas dimensões do fenômeno urbano em curso no Brasil, que ele tem ao menos uma característica bem definida: crescimento de municípios médios nas diferentes regiões brasileiras e, particularmente, nas Norte e Sudeste é um passo inicial na produção das análises. Consideramos que a produção de um modelo de conhecimento que parta dos indivíduos, que busque aferir seus sentimentos e vontades, as formas de interação por eles estabelecidas em sociedade e os interesses que os movem, que foi instrumento eficiente para compreender o fenômeno urbano nas metrópoles europeias e em outras partes do mundo, pode levar ao entendimento do que acontece em cidades médias do Brasil e percebemos esse caminho como promissor para o desenvolvimento do campo dos estudos urbanos contemporaneamente.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. **Cidades médias e organização do espaço no Brasil**. *Revista de Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, IGC/UFMG, n.5, p.5-34, 1984.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA/ PRONEX, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5397. Acesso em 03/09/2019.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. “**Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**”, in ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, p.1-34, 2001.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Trabalho publicado pela *Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração*, 2001.

COHN, G. **Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

FREITAG, B. **Berlim: fronteiras imaginárias, fronteiras reais?** *Revista Tempo Social*, São Paulo, v.6 (1-2), p.127-145, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v6n1-2/0103-2070-ts-06-02-0127.pdf>. Acesso em 04/09/2019.

IBGE, 2004. **Estimativa populacional**. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27072004estimativas2004.shtm#sub_populacao. Acessado em 03/09/2019.

_____. 2014. **Estimativa populacional**. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/default.shtm>. Acessado em 03/09/2019.

_____. 2016. **Estimativa populacional**. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016.pdf. Acessado em 03/09/2019.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP**. Brasília: IPEA, 2001. v. 1: Série de 6 volumes. ISBN: 85-86170-36-4.

IPEA. **Contribuições ao entendimento e representação da rede urbana no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2015.

KONIN, T.; MOURA, R. **Metropolização e governança urbana: relações transescalares em oposição a práticas municipalistas**. *Espaço e Tempo*, São Paulo, número 16, p. 17-30, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73953/77613>. Acesso em 04/09/2019.

KOURY, M. G. P. **Estilos de Vida e Individualidade**. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Vol 16, nº 33, p. 41-53, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n33/03.pdf>. Acesso em 04/09/2019.

LIMA, R. S. **Expansão urbana e acessibilidade: o caso das cidades médias brasileiras**. Dissertação de Mestrado em Engenharia, Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 1998.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PARK, R. E. **"A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano"**, in Velho, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 26-67, 1976.

RICHARD, L. **A República de Weimar 1919-1933**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, M. **"A região cresce mais que a metrópole"**, in SANTOS, M. *Por uma Economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Editora PUC-SP, p. 53-77.2001, 1994.

SIMMEL, G. **"A metrópole e a vida mental"**, in Velho, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-25, 1976.

_____. *The Philosophy of money*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

_____. **"Como as Formas Sociais se Mantêm"** e **"O Problema da Sociologia"**, in MORAES FILHO, E. (Org.) *Simmel*. São Paulo: Ática, p. 46-78,1983.

_____. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCHERER, C.E.M; AMARAL, P.V.M. **O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v22, e202001, Jan-Dez, p.2-25, 2020.

STAMM, C.; ET. AL. **A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil.** Campo Grande: *Interações*, v. 14, n. 2, p.. 251-265, jul./dez, 2013.

WIRTH, L. "**O urbanismo como modo de vida**". in Velho, O. (org.) *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Zahar, p 90-113, 1976.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel.** São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Simmel no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 1, p. 11 a 48, 2007.

VANDENBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel.** Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

VELHO, G. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VIANNA, H. **O mistério do samba.** Rio de Janeiro: Zahar e UFRJ, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Centro Histórico 11, 61, 63, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Cidade de cambé 11

Cidade do Rio de Janeiro 6

Cidades Brasileiras 9, 33, 34, 35, 38, 59, 82, 88, 92, 126, 132, 142, 146

Cidades Médias 9, 11, 95, 104, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 141, 142, 143, 144

Crescimento Urbano 64, 82, 86, 88, 90

D

Desenho Urbano 148, 149

Desenvolvimento 10, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 19, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 39, 53, 54, 55, 61, 63, 64, 65, 87, 88, 92, 99, 100, 104, 130, 131, 136, 140, 141, 142, 146, 148, 155, 159

Diversidade Regional 9

E

Educação Ambiental 9, 10, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Espaço Público 9, 39

Estudos Urbanos 126, 127, 141, 142, 144

Expansão Urbana 9, 11, 82, 83, 85, 91, 101, 146, 147

F

Formação Urbana 10, 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 64

G

Georg Simmel 11, 126, 127, 141, 144

M

Metrópole 2, 5, 9, 56, 58, 101, 127, 129, 130, 132, 142, 143

Metropolização 9, 94, 101, 102, 104, 105, 143, 160

Migração 9, 18, 51, 52, 55, 56, 58, 65, 94, 100, 102, 103, 142

Mobilidade Urbana 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

O

Olimpíadas 2, 6

P

Patrimônio Cultural Edificado 9

Planejamento Urbano e Regional 2, 9, 142

Pobreza 28, 65, 85, 87, 88, 106, 107, 108, 114, 115, 121, 122, 123, 124

Política Pública 10, 1, 8, 50, 90

R

Redesenho Urbano 11, 145, 148

Resíduos Sólidos 9, 36, 40


S

Sustentabilidade 1, 5, 12, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 39, 40

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2021

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021